

AS AÇÕES DE PROTESTO DOS ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS DURANTE OS GOVERNOS PETISTAS: UM LEVANTAMENTO QUANTITATIVO (2007-2014) *

Gisele Maria da Costa Vilalta*

Introdução

O objetivo deste artigo consiste em apresentar dados quantitativos das lutas sociais travadas pelos estudantes no período que abarca o segundo mandato de Luiz Inácio Lula da Silva (2007-2010) e o primeiro mandato da administração de Dilma Rousseff (2011-2014) na presidência. A relevância da exposição desses dados se demonstra na medida em que os estudantes, especialmente os universitários da rede pública de ensino, representaram a categoria que esteve na linha de frente das reivindicações por políticas educacionais no período indicado.

Ao explicitar os dados das lutas estudantis no período, deve se ter em vista que nas últimas décadas houve uma expansão do ensino superior e uma transformação nas condições de acesso às universidades. Entre as principais ações por parte do governo federal relacionadas ao ensino superior público, ressalta-se a expansão promovida pelo Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni)¹, o Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES)² e a implementação do Sistema de Cotas³. Para além de um aumento

* Artigo decorrente de resultados parciais da Iniciação Científica de sua proponente - financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), referente ao processo nº 2018/08456-7 -, pesquisa que deu origem ao Trabalho de Conclusão de Curso da mesma intitulado “Os estudantes e as lutas sociais pela educação durante os governos petistas (2007-2014)” (VILALTA, 2019), orientados pelo Prof. Dr. Davisson Charles Cangussu de Souza.

* Mestranda em Ciências Sociais pela Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas - Universidade Federal de São Paulo (Unifesp). Graduada em Ciências Sociais pela mesma instituição. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas Educação, Classe e Conflitos Sociais (Gepecso/Unifesp).

¹ Instituído pelo Governo Federal do Brasil através do Decreto 6.096, de 24 de abril de 2007 com o intuito de expandir o acesso ao ensino superior público.

² Para garantir a permanência estudantil no ensino superior público, principalmente dos estudantes oriundos de escolas públicas e de baixa renda, e a fim de prevenir a evasão desses estudantes, em 2007 foi instituído Pnaes que através do Decreto no 7.234, de 19 de julho de 2010, adquire força de Lei.

³ Proposto pela Lei nº 12.711, de 2012, propunha que houvesse uma reserva de 50% das matrículas por curso e turno nas Universidades e Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia a alunos oriundos integralmente do Ensino Médio da rede pública, tanto dos cursos regulares quanto dos cursos de educação de jovens e adultos - essa porcentagem deveria ser implementada pelas instituições de maneira gradual em até 4 anos, o que significa que em 2012 a porcentagem foi de 12,5% de reserva. As demais vagas deveriam permanecer para a ampla concorrência. Dessas 50% de vagas reservadas, metade era destinada para alunos oriundos da rede pública de ensino que possuíam renda familiar bruta igual ou inferior a 1,5 salário-mínimo e a outra metade para estudantes oriundos do ensino público com renda familiar superior a 1,5 salário-mínimo. Em ambos os casos levava-se em conta o percentual mínimo correspondente ao da soma de pretos, pardos e indígenas no estado, de acordo com o último censo demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cotas/index.html>

quantitativo, essas políticas provocaram mudanças qualitativas no perfil dos ingressantes do ensino superior público ao possibilitarem uma maior inclusão de estudantes advindos de classes inferiores, historicamente excluídas desse nível de ensino.

De acordo com os dados divulgados pelo Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Estudantis (Andifes - Fonaprace), a partir da IV Pesquisa do Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes de Graduação das Instituições Federais de Ensino Superior Brasileiras, em 2003 pretos e pardos compunham 34,16% do perfil ingresso. Já em 2014 esse número saltou para 47,57%.

A pesquisa demonstrou ainda que a renda bruta familiar *per capita* média em faixas salariais no ano de 2003 era de 0,80% dos alunos que contavam com até meio salário mínimo; 11,10% contavam com meio até 1 salário mínimo; e 30,90% de estudantes que contavam com 1 à 1,5 salário mínimo. Já no ano de 2014, era de 31,97% dos alunos que contavam com até meio salário mínimo; 21,96% contavam com meio até 1 salário mínimo; e 12,26% de estudantes que contavam com 1 à 1,5 salário mínimo. Esses dados são relevantes pois apontam indícios sobre as condições de manutenção do estudante na universidade, uma das características que o constituem enquanto categoria social (FORACCHI, 1977), a qual não dispensa a compreensão da natureza e dos conteúdos dos vínculos e origem familiar de classe.

Neste artigo não será proposto uma análise da reconfiguração desse perfil universitário, tampouco observará o impacto das políticas educacionais adotadas no período. Serão apresentados resultados parciais de um levantamento quantitativo com o intuito de contribuir com a caracterização das lutas estudantis travadas no período. Dado sumariamente esse contexto, ressalta-se que as lutas estudantis são multicausais, isto é, emergem devido a diversos fatores integrados e em suas especificidades históricas, isto é, temporais, sociais e espaciais. Por outro lado, destaca-se a necessidade de exposição dos dados relacionados às lutas sociais travadas pelos estudantes com o intuito de contribuir com análises futuras que abarquem o tema proposto.

Os dados evidenciados integram parte do Levantamento de Dados dos Protestos Sociais no Brasil (2003-2016), desenvolvido pelos integrantes do Grupo de Estudos e Pesquisas Educação, Classes e Conflitos Sociais da Universidade Federal de São Paulo (Gepecso/Unifesp), do qual a proponente deste artigo participa. Esse levantamento foi elaborado a partir das matérias que trataram sobre ações de protestos publicados pela Folha de São Paulo, jornal de circulação nacional e que conta com um Acervo Online livre e gratuito⁴. Para tanto, houve a consolidação de uma nota

⁴ Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/index.do>

metodológica que norteou toda a tabulação dos dados levantados, tendo em vista a necessidade de se estabelecer critérios para a interpretação das manifestações noticiadas. As principais variáveis do Levantamento são: *tipo de organização*⁵, *sujeito do protesto*⁶, *instrumento de luta*⁷ e *reivindicações*⁸.

Atualmente o Levantamento conta com o registro de mais de 5 mil ações de protesto coletadas de notícias publicadas entre os anos 2003 e 2016 na Folha de São Paulo. Com base nesses dados, é possível observar uma amostra do conjunto das lutas sociais no Brasil e captar determinadas tendências do movimento social brasileiro.

A partir desse instrumento, evidencia-se que os estudantes representam uma parcela relevante dos sujeitos mobilizados no país, estando entre os mais ativos no período abordado pelo Levantamento. Por outro lado, ressalta-se que este artigo concentra os dados relacionados ao período de 2007 a 2014, com o foco voltado para os protestos estudantis universitários e suas principais tendências, especialmente quanto aos tipos de organização, instrumentos de luta e às reivindicações.

Admite-se que a fonte documental jornalística se mostra limitada. Referente ao levantamento realizado a partir da Folha de São Paulo observou-se entre as principais limitações que, apesar de ser um jornal de circulação nacional, as notícias das mobilizações estudantis estiveram mais concentradas sobre a região Sudeste, ainda mais no estado de São Paulo. Outras deficiências serão abordadas ao longo deste artigo. Por outro lado, destaca-se que o levantamento se deu a partir da necessidade de elaboração de uma ferramenta de análise empírica que permitisse observar o conjunto dos protestos sociais no país, na tentativa de captar as principais tendências de seu comportamento cíclico em articulação com os demais ciclos do movimento da sociedade, como o da economia e da política.

Quanto ao movimento estudantil, a relevância da utilização da fonte jornalística para a caracterização e compreensão do fenômeno já foi ressaltada em outras pesquisas. Entre elas, o caso da pesquisa proposta por Maria Ribeiro do Valle (2010) sobre o “diálogo” conturbado entre o

⁵ Forma de luta empregada na ação, podendo ser autoconvocada ou organizada por entidade estabelecida. Exemplo: sem-terra, sindical, estudantil, ONGs, entre outros.

⁶ Categoria social mobilizada demandante na ação de protesto. Exemplos: sem-terra, assalariados, estudantes, sem-teto, desempregados, entre outros.

⁷ Meio de luta empregado na ação de protesto. Exemplos: ocupação de terra, greve, passeata, marcha, ocupação de moradia e/ou terreno, ocupação de edifício público, paralização, entre outros.

⁸ A demanda em questão, ou seja, o que se deseja conquistar por meio da ação de protesto. Exemplos: salário, condições de trabalho, saúde, políticas educacionais e condições na educação, entre outras.

governo, a imprensa e a população e as representações de violência que emergiram sobre os acontecimentos que envolveram o movimento estudantil em 1968 no Brasil. Com objetivos outros e recortes historiográficos, os jornais foram fonte analítica para a pesquisadora, contribuindo significativamente com suas formulações teóricas sobre o tema.

A partir dessa introdução, ressalta-se a relevância da apresentação dos dados referenciados neste artigo com a pretensão de contribuir com a caracterização das lutas estudantis emergidas no período explicitado, tendo em vista as principais tendências do movimento nas últimas décadas e possibilitado uma maior compreensão sobre a sua expressividade histórica no horizonte dos movimentos sociais.

A participação da categoria estudantil no contexto nacional de lutas (2003-2016)

O Levantamento de Dados dos Protestos Sociais no Brasil atualmente conta com 5031 eventos de protestos registrados sobre o período de 2003 a 2016. Dessas ações, os estudantes representaram um dos sujeitos mais ativos nos protestos sociais do país, como é possível observar na tabela a seguir:

Tabela 1: Ações de protesto segundo o sujeito (2003-2016)

Sujeitos	NA	Freq. (%)
Assalariados	1686	33,51
Sem-terra	917	18,23
Estudantes	524	10,42
Povo ⁹	237	4,71
Militantes político não-partidários	228	4,53
Sem-teto	216	4,29
Moradores e vizinhos ¹⁰	185	3,68

⁹ Conjunto heterogêneo e multiforme do ponto de vista da categoria ou sujeito social, geralmente identificada pela imprensa como “população”, “cidadãos”, “conjunto da sociedade”, entre outros; ainda que, na maioria dos casos, seja possível identificar seu perfil de classe, geralmente atua de modo policlassista; diferente da categoria “diversos” - composto por mais de 5 sujeitos, todos eles bem definidos. “Povo” pode ir às ruas ou assumir uma dimensão massiva de modo espontâneo, mas também pode ser convocado por organizações políticas, de esquerda e de direita, consolidadas ou não, ou até mesmo pelas redes sociais. A segunda fase das revoltas de junho e as manifestações contra e pelo impeachment de Dilma Rousseff são exemplos de protestos protagonizados pelo povo. Também podem estar presentes em protestos de outras categorias, especialmente quando estes extrapolam sua base social originária, a exemplo das manifestações pelo passe-livre, quando ganharam caráter massivo e nacional (GEPECSO, 2018).

¹⁰ Comunidades de bairro em luta por melhorias das condições e do acesso a serviços públicos, ou ainda, vítimas de violência policial, crimes ou acidentes (GEPECSO, 2018).

Pequenos agricultores e camponeses	163	3,24
Militantes organizados em Frente ¹¹	118	2,35
Usuários de transporte público	104	2,07
N.I. ¹²	204	4,05
Outros*	1.078	21,43
Total de sujeitos**	5.661	112,51
Total de eventos	5.031	100,00

Fonte: Elaboração própria a partir do Levantamento de Dados dos Protestos Sociais no Brasil (2003-2016) – Gepecso/Unifesp.

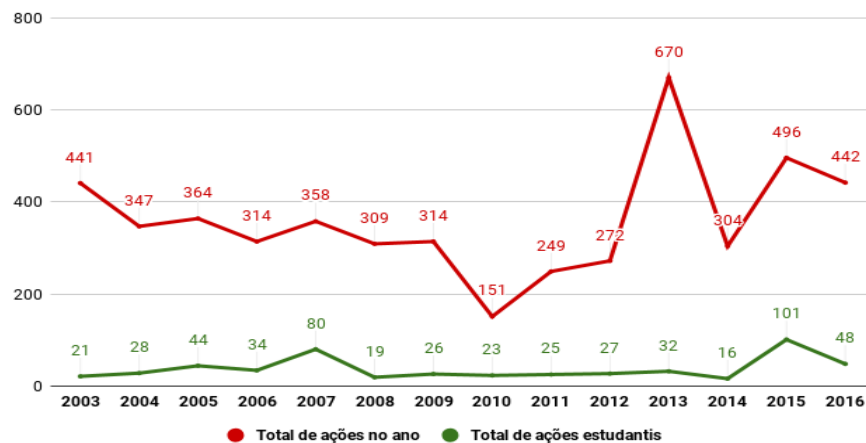
* Apesar do número expressivo de ações, o Levantamento conta com um leque extenso de sujeitos, o que torna “outros” bastante fragmentado.

** Uma mesma ação de protesto pode contar com mais de um sujeito.

Na Tabela 1, observa-se que os estudantes assumem a terceira posição de sujeitos mais mobilizados no país entre os anos de 2003 a 2016, presentes em 10,42% (524 eventos) das ações de protesto, atrás somente dos assalariados, com 33,51% (1686 eventos) e dos sem-terra, com 18,23% (917 eventos) das mobilizações. Os estudantes se demonstraram, portanto, sujeitos de expressiva relevância no contexto nacional de lutas.

A frequência da atuação estudantil anual nas lutas sociais apresenta-se no Gráfico 1:

Gráfico 1: Participação anual dos protestos estudantis (2003-2016)



Fonte: Elaboração própria a partir do Levantamento de Dados dos Protestos Sociais no Brasil (2003-2016) – Gepecso/Unifesp.

¹¹ Militante/ativista previamente organizado em sindicatos, partidos, movimentos sociais, entre outros, e em frente política (GEPECSO, 2018).

¹² Não informado: A notícia não traz a informação ou a coloca de modo que não permite localizá-la (GEPECSO, 2018).

A partir do gráfico, pondera-se que nos anos iniciais os protestos estudantis demonstram pouca frequência: constituíram 4,76% (21 eventos) das lutas em 2003 e 8,07% (28 eventos) em 2004. Por outro lado, a atuação tendencial da categoria nos eventos registrados se evidencia relevante: de 2003 a 2006 nota-se uma tendência crescente de mobilizações estudantis, tendo em vista que em 2003 constituíram 4,76% das lutas; em 2004, 8,07%; em 2005, 12,09%; em 2006, 10,83%.

Ressalta-se ainda que o ano de 2007 contou com o ápice de lutas estudantis no primeiro decênio abarcando cerca de 22,35% (80 eventos) do total de ações anual. Além disso, representam 32,26% do total de 248 de ocorrências das lutas estudantis entre 2007 e 2014, período foco deste artigo. Os imbricamentos dessas mobilizações serão mais bem explicitados nos próximos itens, ainda que não enquanto objetivo fundamental desta explanação.

Há necessidade de um olhar mais atento ao ano de 2013, uma vez que muitas das ações de protestos noticiadas pela Folha de São Paulo não explicitaram os sujeitos envolvidos (9,55%, 64 eventos), o que impacta nos dados coletados. As ações de protesto que contaram com a participação dos estudantes nesse ano, isto é, os eventos em que se pôde identifica-los enquanto sujeitos, compuseram 4,78% das ações de protestos (32 ocorrências) deste ano. Pondera-se ainda que esse foi um ano de inflexão das lutas sociais, e que, ainda assim, os estudantes despontam enquanto sujeitos ativos em mobilizações no contexto em que estão inseridos.

Também há espaço para uma breve consideração sobre a participação estudantil nas ações de protestos dos anos de 2015 e 2016, apesar de o presente artigo não abarcá-los. Esses foram historicamente marcados por lutas sociais pela educação travadas pelos secundaristas, com destaque para as ocupações das escolas estaduais de São Paulo realizadas contra o projeto de Reorganização Escolar propostas pelo então governador do estado Geraldo Alckmin (PSDB).

As ocupações secundaristas percorreram todo território nacional denunciando a precarização do ensino público e demonstrando um potencial organizativo do movimento (CATINI e MELLO, 2016; CORROCHANO, 2012; COSTA e GROppo, 2018). Com isso, observa-se o Levantamento a intensificação dessas mobilizações: em 2015, constituíram 20,36% das lutas (101 eventos) nesse ano, ápice das ações estudantis registradas entre os anos de 2003 a 2016; e em 2016 constituíram 10,86% das ações de protesto (48 eventos).

Tendências organizativas e reivindicatórias das ações de protesto estudantis (2007-2014)

Tendo em vista aproximar de dados de uma caracterização das lutas estudantis entre os anos de 2007 e 2014, na tabela a seguir vê-se suas principais reivindicações no período.

Tabela 2: Reivindicações estudantis segundo as ações de protesto (2007-2014)

Reivindicações	N.A.	Freq. (%)
Política educacional e condições na educação	102	41,13
Medidas governamentais ou administrativas	25	10,08
Afastamento de cargo público	23	9,27
Solidariedade às lutas de categoria ou militantes	21	8,47
Repúdio a governantes e políticos	19	7,66
Democracia e participação popular	11	4,44
Represália, perseguições e punições a trabalhadores e militantes	11	4,44
Ditadura militar	11	4,44
Salário	10	4,03
Preço da passagem	7	2,82
Passe livre e estudantil	6	2,42
Corrupção e nepotismo	5	2,02
N.I.	2	0,81
Outras reivindicações*	74	29,84
Total de reivindicações**	327	131,87
Total de eventos	248	100,00

Fonte: Elaboração própria a partir do Levantamento de Dados dos Protestos Sociais no Brasil (2003-2016) – Gepecso/Unifesp.

* Apesar das outras reivindicações demonstrarem uma porcentagem expressiva, separadamente isso não ocorre com essas reivindicações.

** Uma mesma ação de protesto pode conter mais de uma reivindicação.

Das 248 ações de protestos estudantis registradas, essas reivindicações estão presentes em 40,89% dos eventos, tendo em vista que uma ação de protesto pode contar com mais de uma reivindicação. Ao adotar a frequência de reivindicações por ação de protesto, observa-se que 41,13% (102 ações de protesto) reivindicavam políticas educacionais e condições na educação¹³, as quais podem ter um caráter interno ou externo, ainda que não haja uma divisão rígida entre as

¹³ Exemplos de pautas reivindicativas eram a melhoria na infraestrutura nas escolas e universidades; políticas de financiamento e assistência estudantil; aprovação ou rejeição de reformas educacionais, tal como a recente Reforma do Ensino Médio; contrárias à medidas administrativas do governo, como a recente reorganização escolar, ou ainda, mudanças no currículo Escola Sem Partido, inclusão do ensino religioso, fim da obrigatoriedade de disciplinas, entre outras; por mais verbas na educação, em bandeiras como “10% do PIB para a educação”. Excluem-se salários de professores e estudantes em luta pelo passe estudantil, as quais se enquadrariam em outras variáveis.

dimensões (BRINGEL, 2009). Com isso, conta-se que as lutas sociais por educação representaram sua principal reivindicação no período.

Ainda observando a tabela, houve uma forte presença de reivindicações que remeteram diretamente à insatisfação com os governantes e com medidas governamentais, tais como: medidas governamentais ou administrativas¹⁴ (25 ocorrências) estando em pauta em 10,08% das ações de protesto; afastamento de cargo público (23 ocorrências) em 9,27% das ações; repúdio a governantes e políticos, e corrupção e nepotismo pautadas em 9,68% (24 ocorrências) das ações cada uma. Além disso, a tabela demonstra que os estudantes se mobilizaram também em solidariedade às lutas de outras categorias sociais ou militantes (21 ocorrências), constituindo 8,47% das ações de protestos.

O movimento estudantil, que tem um passado caracterizado por múltiplas bandeiras levantadas em lutas combativas e revolucionárias durante a Ditadura Militar no Brasil na década de 1960, ainda sente a experiência “daqueles tempos” pulsar (VALLE, p. 2, 1997), uma vez que entre as principais reivindicações, 4,44% (11 ocorrências) são contra a ditadura militar¹⁵, dado o contexto de instalação da Comissão Nacional da Verdade, por meio da Lei 12528/2011. Além dessa, as reivindicações por democracia e participação popular também se demonstraram frequentes, pautadas em 4,44% (11 ocorrências) das ações de protesto.

Houve ainda reivindicações relacionadas a questões trabalhistas, das quais a reivindicação salarial¹⁶ é mais expressiva, compondo de 4,03% (10 ocorrências) das ações de protesto. Em todas essas ocorrências os estudantes se mobilizaram com a categoria assalariada representada por professores e funcionários das respectivas instituições às quais os estudantes mobilizados estavam vinculados. Há, portanto, um imbricamento específico entre a ação deste setor da categoria assalariada e a categoria estudantil, tendo em vista dinâmicas particulares em cada universidade em determinados contextos.

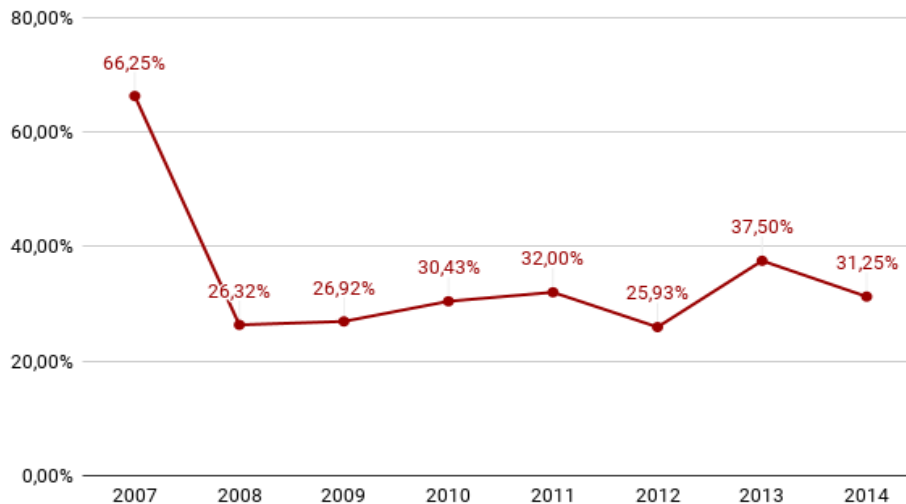
No gráfico a seguir será apresentada a frequência anual da pauta por políticas educacionais nas mobilizações estudantis:

¹⁴ Contra determinadas medidas da administração pública, especialmente as medidas provisórias.

¹⁵ Reivindicações relacionadas à memória das vítimas da ditadura militar brasileira, pelo direito à verdade, pela abertura dos arquivos, pela instalação de Comissões da Verdade, punição aos torturadores, entre outras (GEPECSO, 2018).

¹⁶ Aumento e reposição de salário e outras formas de remuneração, bem como no valor de benefícios (GEPECSO, 2018).

Gráfico 2: Porcentagem anual de reivindicações por políticas educacionais nas mobilizações estudantis (2007-2014)*



Fonte: Elaboração própria a partir do Levantamento de Dados dos Protestos Sociais no Brasil (2003-2016) – Gepecso/Unifesp.

* Uma mesma ação de protesto pode contar com mais de uma reivindicação.

O ano de 2007 demonstrou uma expressiva emergência da pauta por políticas educacionais e condições na educação, a qual apareceu em 66,25% das mobilizações. Depois de anos de inércia na década de 1990, surgiu um movimento estudantil renovado no ano de 2007, com formas diferentes de organização e de atuação coletiva, como a maior horizontalidade na deliberação e a ausência de um líder previamente definido (BRINGEL, 2009), adotando as ocupações dos prédios universitários, especialmente as reitorias, e greves como alguns dos principais instrumentos de luta. A mais emblemática foi a ocupação da reitoria da Universidade de São Paulo (USP) por estudantes da instituição, a qual provocou mobilizações estudantis por todo o país¹⁷.

Revela-se, como mencionado anteriormente, que esse ano marca o início do processo de expansão das universidades públicas federais com a implementação do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), que propôs a ampliação

¹⁷ Contrários aos decretos adotados pelo então governador do estado José Serra (PSDB), os estudantes ocuparam a reitoria da universidade reivindicando a autonomia universitária. Isso porque, entre ações governamentais que seriam adotadas pelo governo estadual havia o Decreto 51.461/07 que atribuía ao campo funcional de uma Secretaria de Ensino Superior a proposição de diretrizes e políticas para o ensino superior (MOREIRA, 2009). Isto é, a Secretaria tomaria para si as principais decisões administrativas das universidades públicas do estado e ferindo a autonomia dessas instituições

de vagas e abertura de novos campi, além da adoção de políticas relacionadas ao acesso e à permanência estudantil.

Nesse contexto, as críticas ao Reuni se encarregaram de articular as mobilizações, embora aspectos vivenciados nas respectivas instituições de ensino também emergissem enquanto pautas reivindicatórias. Ao aderir ao programa, as universidades federais se comprometeriam com uma intensa reestruturação acadêmica, penetrando o plano didático das universidades e promovendo uma “concepção de educação e conhecimento como instrumentos destinados a perpetuar a ordem existente” (MOREIRA, 2009).

Além disso, essa adesão das universidades ao programa pressupunha que em um prazo de cinco anos as instituições deveriam dobrar as matrículas nos cursos de graduação, elevar a taxa de conclusão para 90% e estabelecer uma relação professor-aluno de 1:18 (MATTOS, 2013). Entre outras medidas, essas metas significariam um grave ferimento na autonomia universitária, criando uma subordinação burocrática das universidades às diretrizes estabelecidas pelo MEC, as quais são direcionadas pelos órgãos internacionais neoliberais (TELES, 2019). As mobilizações universitárias que se iniciaram em 2007 denunciando as medidas neoliberais implementadas pelo Reuni perduraram até o ano de 2008, representando as mais importantes manifestações estudantis das últimas décadas.

Dos 248 ações de protestos estudantis registrados entre os anos de 2007 e 2014, 93,55% (232 eventos) contaram com a atividade do movimento estudantil organizado, demonstrando o seu potencial organizativo. Na tabela a seguir será explicitado tipos de organização que se mobilizaram com a categoria estudantil:

Tabela 3: Outros tipos de organizações nas ações de protesto estudantis (2007-2014)

Tipos de organização	N.A.	Freq. (%)
Sindical	35	53,03
Sem-terra	8	12,12
Partidos políticos	4	6,06
Multisetorial	3	4,55
N.I.	4	6,06
Outros tipos de organização	12	18,18
Total*	66	100,00

Fonte: Elaboração própria a partir do Levantamento de Dados dos Protestos Sociais no Brasil (2003-2016) – Gepecso/Unifesp.

* Uma mesma ação de protesto pode ter sido organizada por mais de um tipo de organização.

A tabela 3 demonstra a participação de outros tipos de organização nas mobilizações estudantis. Entre elas, a principal foi a organização sindical, compondo 53,03% (35 ocorrências) dos eventos mobilizados com a categoria estudantil. Posteriormente: os sem terra, com 12,12% (8 ocorrências); partidos políticos, com 6,06% (4 ocorrências); e as mobilizações multissetoriais¹⁸, compondo 4,55% (3 eventos) das ações conjuntas com os estudantes.

Para compreender de que maneira esses estudantes se mobilizaram, demonstram-se seus principais instrumentos de protesto na tabela a seguir:

Tabela 4: Instrumentos de luta adotados pela categoria estudantil (2007-2014)

Instrumentos de luta	N.A.	Freq. (%)
Atos e manifestações de rua	75	30,24
Ocupação de edifício público	51	20,56
Passeata	32	12,90
Manifestação em edifícios públicos	18	7,26
Greve	14	5,65
N.I.	10	4,03
Outros	49	19,76
Total	248	100,00

Fonte: Elaboração própria a partir do Levantamento de Dados dos Protestos Sociais no Brasil (2003-2016) – Gepecso/Unifesp.

Observado os dados, destaca-se uma característica relevante dos instrumentos utilizados: a apropriação dos espaços urbanos públicos. Há uma forte atividade do movimento estudantil que adota a tomada de ruas, com os atos e manifestações de rua, 30,24% (75 eventos) e com as passeatas, 12,90% (32 eventos). Por outro lado, não só nas ruas, os estudantes também se apropriaram de edifícios públicos, 20,56% (51 eventos), adotando também manifestações em edifícios públicos, 7,26% (18 eventos). Em seguida, as greves compuseram 5,65% (14 eventos) das ações de protesto.

Outro aspecto importante constatado através do Levantamento foi a participação estudantil levado em conta a rede de ensino:

¹⁸ Organizações que congregam entidades sindicais, partidárias e movimentos sociais, tais como comitês, fóruns, frentes, entre outros. Estão incluídas as ações da Coordenação dos Movimentos Sociais, e das frentes Brasil Popular e Povo Sem Medo (GEPECSO, 2018).

Tabela 5: Ações de protesto estudantis segundo rede de ensino (2007-2014)

Redes de ensino	N.A.	Freq. (%)
Pública	154	62,10
Privada	15	6,05
Pública e privada	3	1,21
N.I.	76	30,65
Total	248	100,00

Fonte: Elaboração própria a partir do Levantamento de Dados dos Protestos Sociais no Brasil (2003-2016) – Gepecso/Unifesp.

Ao isolar da tabela 5 os casos em que não foi possível identificar nas notícias da Folha de São Paulo à qual rede os estudantes mobilizados pertenciam (30,65%, 76 ocorrências), observa-se que houve uma participação expressiva dos estudantes da rede pública nas mobilizações, constituindo 91,28% (157 ações) das ações de protesto. Por outro lado, apesar de uma abertura para a expansão do setor privado, especialmente no ensino superior (KOMATSU, MENEZES FILHO e TACHIBANA, 2015), os eventos de protestos dos estudantes dessa rede representaram apenas 10,47% (18 ações) das mobilizações. Além disso, não houve uma expressiva aliança das duas redes quanto nas ações de protesto, uma vez que essas ações conjuntas apareceram em somente 1,74% (3 ações) das lutas.

Introduzindo análises específicas sobre as lutas universitárias, a partir das notícias levantadas através do Acervo Online da Folha de São Paulo, foi possível separar as mobilizações desse setor daquelas travadas pelos secundaristas, explicitando, inclusive, as ações conjuntas entre ambos:

Tabela 6: Ações de protesto estudantil segundo nível de ensino (2007-2014)

Níveis de ensino	N.A.	Freq. (%)
Universitários	158	63,71
Secundaristas	13	5,24
Universitários e Secundaristas	4	1,61
N.I.	73	29,44
Total	248	100,00

Fonte: Elaboração própria a partir do Levantamento de Dados dos Protestos Sociais no Brasil (2003-2016) – Gepecso/Unifesp.

De acordo com a tabela 6, houve um número expressivo de notícias que não explicitaram o nível de ensino do setor estudantil mobilizado: 29,44% (73 eventos) dos casos, apresentando outra limitação da fonte jornalística. Por outro lado, ao observar as que foram possíveis delimitar, vê-se que os universitários foram os sujeitos mais expressivos nas lutas da categoria estudantil,

participando de 92,57% (162 eventos) das ações de protesto. Quanto aos secundaristas, no período abarcado por esta pesquisa, não demonstraram uma participação expressiva nas lutas da categoria, chegando a somente 7,43% (13 eventos) das ações.

Ainda isolando as notícias que não informaram o nível de ensino, as ações conjuntas de universitários e secundaristas não expressaram tamanha relevância no conjunto de mobilizações estudantis, tampouco no cenário nacional: compondo 2,29% (4 eventos) de ações da categoria, demonstraram que houve uma baixa unificação entre os estudantes de diferentes níveis de ensino.

A tabela a seguir elucida a participação de cada setor estudantil - universitário e/ou secundarista - por rede de ensino - privada e/ou pública:

Tabela 7: Ações dos setores estudantis segundo rede de ensino (2007-2014)

		Pública	Privada	Pública e privada	N.I.	Total
Universitários	N.A.	140	14	2	2	158
	Freq. (%)	56,45	5,65	0,81	0,81	63,72
Secundaristas	N.A.	8	0	1	4	13
	Freq. (%)	3,23	0	0,40	1,61	5,23
Universitários e Secundaristas	N.A.	2	0	0	2	4
	Freq. (%)	0,81	0	0	0,81	1,62
N.I.	N.A.	4	1	0	68	73
	Freq. (%)	1,61	0,40	0	27,42	29,43
Total	N.A.	154	15	3	76	248
	Freq. (%)	62,10	6,05	1,21	30,65	100,00

Fonte: Elaboração própria a partir do Levantamento de Dados dos Protestos Sociais no Brasil (2003-2016) – Gepecso/Unifesp.

Subtraindo o número de mobilizações noticiadas em que não foi possível identificar o nível de educação escolar e a rede de ensino (68 ações de protesto, representando 27,42% do total de ações), isto é, considerando o total de 180 ações de protesto, apesar das ações secundaristas e das ações conjuntas não demonstrarem números substanciais, considera-se que as ações que contaram com estudantes advindos da rede pública são as mais relevantes: chegaram a 87,22% das mobilizações.

Além disso, o setor da categoria estudantil que mais foi ativo em ações de protesto no período foi o universitário, participando de 90,00% daquelas que se pode identificar nível e/ou rede de ensino. Na tentativa de caracterizar esse perfil, observa-se uma expressiva participação do

universitário da rede pública, chegando a participar de 80,00% dos protestos. Nesse sentido, o setor estudantil universitário que advém da rede pública de ensino é o que mais ativamente participa das mobilizações no período explicitado.

Fez-se uma primeira explanação dos dados com a pretensão de contextualizar e justificar a relevância da participação estudantil nas lutas sociais, levando em conta especialmente a substancial participação universitária no contexto de lutas da categoria. A seguir serão demonstrados dados referentes a essas mobilizações, entre os anos de 2007 e 2014, a fim de aprofundar a caracterização dessas lutas.

Caracterização das lutas sociais travadas pelos universitários (2007-2014)

Entre os anos de 2007 a 2014, das 248 ações de protesto coletadas, os universitários estiveram presentes em 162 ações, constituindo 65,32% dessas lutas. A seguir temos as redes de ensino as quais pertenciam esses estudantes:

Tabela 8: Ações de protestos dos universitários por rede de ensino (2007-2014)

Rede de ensino	N.A.	Freq. (%)
Pública	142	87,65
Privada	14	8,64
Pública e privada	2	1,23
N.I.	4	2,48
Total	162	100,00

Fonte: Elaboração própria a partir do Levantamento de Dados dos Protestos Sociais no Brasil (2003-2016) – Gepecso/Unifesp.

De acordo com a tabela 8, durante o período de 2007 a 2014, os estudantes advindos das universidades públicas compõem o setor mais participativo da categoria, chegando a 88,89% (144 ocorrências) das ações de protesto desse setor.

Ao observar quais são os tipos de organização das ações universitárias, tem-se que o movimento estudantil universitário foi responsável por 156 (96,30%) das mobilizações, expressando a relevância organizativa do movimento.

É possível observar também que a categoria estudantil se manifesta em conjunto com outros tipos de organização, levando em conta que essa variável diz respeito a forma de luta empregada na ação, podendo ser autoconvocada ou organizada por entidade, organização, coletivo, entre outros, preestabelecidos:

Tabela 9: Ações universitárias segundo outros tipos de organização (2007-2014)

Tipos de organização	N.A.	Freq. (%)
Sindical	21	75,00
LGBTQ+	2	7,14
Outros	3	10,71
N.I.	2	7,14
Total	28	100,00

Fonte: Elaboração própria a partir do Levantamento de Dados dos Protestos Sociais no Brasil (2003-2016) – Gepecso/Unifesp.

Quanto as alianças, o movimento estudantil universitário organizado se mobilizou principalmente em conjunto com o movimento sindical: em 28 ações de protesto conjuntas, 75,00% (21 eventos). Em seguida, aparece o movimento LGBTQ+, com 7,14% (2 eventos) das ações conjuntas com outras formas previamente organizadas.

Uma característica importante da organização estudantil é o espaço em que se experimenta a vida universitária: o espaço da própria universidade. Ele é conflitivo na medida em que produz e reproduz relações sociais, inclusive de contestação. Com isso, apesar de no contexto geral das lutas estudantis as manifestações de rua constituírem o principal instrumento da categoria, o que vemos nas ações específicas dos universitários é um sobressalto das ocupações em edifícios públicos:

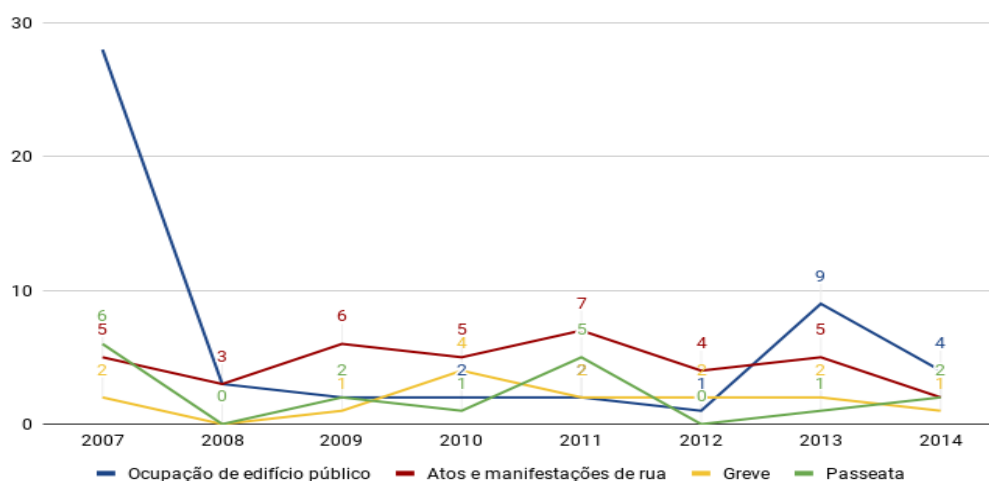
Tabela 10: Ações universitárias segundo instrumentos de luta (2007-2014)

Instrumentos	N.A.	Freq. (%)
Ocupação de edifício público	51	31,48
Atos e manifestações de rua	37	22,84
Greve	14	8,64
Passeata	17	10,49
Piquete	8	4,95
Outros instrumentos	35	21,60
Total de ações	162	100,00

Fonte: Elaboração própria a partir do Levantamento de Dados dos Protestos Sociais no Brasil (2003-2016) – Gepecso/Unifesp.

A partir dos dados coletados das notícias da Folha de São Paulo, a tabela demonstra que as ocupações de edifícios públicos constituíram o principal instrumento de luta adotado pelos estudantes universitários, compondo 31,48% (51 ocorrências) das ações de protestos. Por outro lado, é importante explicitar a evolução anual da utilização desses instrumentos, tal como vemos a seguir:

Gráfico 3: Evolução anual dos instrumentos nas lutas universitárias (2007-2014)



Fonte: Elaboração própria a partir do Levantamento de Dados dos Protestos Sociais no Brasil (2003-2016) – Gepecso/Unifesp.

De acordo com Carneiro, Braga e Bianchi (2008, *apud*. BARROS, 2009), o ato da ocupação é simbólico na medida em que a reapropriação de um espaço que é público objetiva a possibilidade de um diálogo. Nesse sentido, com os dados das ocupações de edifícios públicos, vê-se uma concentração desse instrumento do ano de 2007¹⁹. Posteriormente, esse instrumento só volta a ter um destaque em 2013.

Outra consideração sobre a evolução anual dos instrumentos é que os atos de manifestações de rua representaram o instrumento que manteve certa frequência nas mobilizações estudantis ao longo do período. Faz necessário também observar as principais reivindicações tomadas pelos estudantes universitários, como veremos a seguir:

Tabela 11: Ações de protesto universitárias segundo reivindicações (2007-2014)

Reivindicações	N.A.	Freq. (%)
Política educacional e condições da educação	83	51,23
Medidas governamentais ou administrativas	23	14,20
Solidariedade às lutas de categorias ou militantes	19	11,73
Afastamento de cargo público	14	8,64
Democracia e participação popular	11	6,79

¹⁹ De acordo com Bringel (2009), o ano de 2007 contou com pelo menos 30 ocupações de reitorias em universidades públicas por todo o país. O Levantamento abarcou 28 ocupações de edifícios públicos nesse ano, se demonstrando enquanto um instrumento relevante para observar as tendências do movimento estudantil.

Represálias, perseguições e punições a trabalhadores ou militantes	11	6,79
Outras reivindicações	63	38,89
Total de reivindicações*	224	138,27
Total de ações de protesto	162	100,00

Fonte: Elaboração própria a partir do Levantamento de Dados dos Protestos Sociais no Brasil (2003-2016) – Gepecso/Unifesp.

* Uma mesma ação de protesto pode conter mais de uma reivindicação.

Na tabela 11, as políticas educacionais e condições na educação atingem aproximadamente a metade do total de reivindicações, constituindo 37,05% (83 ocorrências) das reivindicações e estando presente em 51,23% das ações de protesto.

Foram seguidas por reivindicações relacionadas à medidas governamentais ou administrativas, compondo 14,20% (23 ocorrências) das reivindicações, solidariedade às lutas de categorias ou militantes, com 11,73% (19 ocorrências) e afastamento de cargo público, representando 8,64% (14 ocorrências) das reivindicações mais frequentes.

Além disso, outras duas reivindicações se sobressaíram: democracia e participação popular e represálias, perseguições e punições a trabalhadores ou militantes, ambas com 6,79% (11 ocorrências) entre as reivindicações.

Observando o número de outras reivindicações adotadas pelos universitários, 6,79% (63 ocorrências), apesar de ser um número relevante em conjunto, as respectivas reivindicações que compõem esse número não o são. Por outro lado, esse dado nos revela outra característica importante do movimento estudantil universitário: a adesão a um leque variado de reivindicações, com 32 reivindicações diferentes postas em pauta nas mobilizações.

Com a explanação dos dados do Levantamento de Dados dos Protestos Sociais no Brasil, coletados das notícias da Folha de São Paulo, pretendeu-se demonstrar algumas tendências do movimento estudantil durante os anos de 2007 e 2014. Ainda assim, é compreensível que aqui se deu uma primeira demonstração, apresentando parte da pesquisa realizada pela autora, corroborando com análises futuras sobre os imbricamentos das ações de protesto estudantis nas últimas décadas, bem como suas formas organizativas, principais reivindicações e estratégias de luta.

Considerações finais

Ao longo deste artigo houve uma aproximação quantitativa quanto a caracterização e tendências das lutas sociais travadas pelos estudantes, especialmente os universitários, durante os

governos petistas entre os anos de 2007 a 2014, que correspondem ao segundo mandato de Lula e primeiro de Dilma.

Com o Levantamento dos Protestos Sociais no Brasil, principal instrumento na observação empírica de dados coletados a partir do Acervo Online da Folha de São Paulo, observou-se que tanto os estudantes quanto as reivindicações por políticas educacionais se demonstraram substanciais no horizonte nacional de lutas sociais.

Houve um esforço na apresentação de dados que demonstraram a participação do setor universitário em ações de protesto, representado 90,00% das notícias em que se pôde identificar nível e/ou rede de ensino. Além disso, das ações de protesto que foram possíveis identificar a rede de ensino às quais pertenciam os estudantes, durante o período de 2007 a 2014 os estudantes advindos das universidades públicas representaram o setor mais participativo da categoria, chegando a 88,89%. Com isso, explicita-se que durante o período, essas foram as principais características do movimento estudantil.

Considerando que o setor universitário foi o mais ativo da categoria estudantil, observou-se que seu principal instrumento de luta foi a ocupação de edifícios públicos. A partir de uma análise qualitativa, é possível afirmar que normalmente esses edifícios ocupados eram os respectivos prédios universitários. Além disso, identificou-se que a principal reivindicação desse movimento foram as políticas educacionais e as condições da educação.

Na tentativa de propor uma caracterização dessas lutas, tendo em vista que este artigo é parte de uma pesquisa de maior envergadura anteriormente citada, levantou-se a hipótese de que essas foram fomentadas, entre outras causas, pelas próprias políticas educacionais governamentais adotadas no período, uma vez que promoveram uma expansão e, especialmente, uma reconfiguração do perfil do estudante universitário.

Viu-se sumariamente, por exemplo, que o perfil dos universitários passa a contar com uma parcela importante de pretos e pardos por conta das políticas de ampliação e ações afirmativas nas universidades federais e com uma parcela de ingressantes de classes mais baixas, historicamente excluídas desse nível de ensino. É proposto, com isso, que as ações afirmativas quanto ao acesso das camadas populares modificaram o perfil dos ingressantes no ensino superior.

Essa reconfiguração pode ter impactado, inclusive, nas reivindicações do movimento estudantil, ainda que seja necessário admitir que a origem de classe não resulta diretamente em ações coletivas de contestação ou reivindicações. Isso porque, a partir de uma análise qualitativa

das notícias coletadas do Acervo Online da Folha de São Paulo, reivindicações relacionadas a permanência estudantil – tais como moradia, restaurante universitário, auxílio permanência e transporte - fizeram parte das pautas dos universitários advindos da rede pública de ensino, especialmente a nível federal, ainda que com outras pautas concomitantes.

Ao aderirem o Reuni, as universidades federais foram submetidas a uma reestruturação acadêmica que visava tornar as estruturas dos cursos de graduação mais flexíveis. Os efeitos neoliberais dessas reformas foram sentidos na medida em que penetraram o plano didático das universidades, expandindo o acesso ao ensino superior pela otimização dos recursos disponíveis; violação da autonomia universitária; flexibilidade (MOREIRA, 2009), entre outros impactos que reforçariam o papel das universidades enquanto perpetuadoras das relações sociais e da ordem social vigente.

O setor universitário, reconfigurado e heterogêneo, que mesmo com políticas como o PNAES sofreu com o alto índice de evasão - o que pressupõe também a finalização da possibilidade de ascensão social através da carreira profissional por meio da universidade – revoltou-se com a estrutura que a oprime e que impõe condições precárias de estudo e de condições de manutenção na universidade.

O estudante reconhece a si mesmo e aos outros como marginalizados por uma sociedade que lhes abre as portas da formação universitária, como um privilégio não compartilhado, mas que secciona ou anula esse privilégio ao não ter como mantê-lo socialmente (FORACCHI, 2018, p. 94).

A partir da discussão do impacto das políticas governamentais do período na reconfiguração do perfil estudantil, levanta-se a conjectura de que as mobilizações carregaram como principais pautas as políticas de permanência ao mesmo tempo em que denunciavam a insuficiência do próprio programa de assistência estudantil, reivindicando condições de manutenção dentro da universidade.

Em 2012 as reivindicações por permanência estudantil passaram a estar ainda mais em voga nas lutas do movimento universitário. Nesse sentido, pondera-se que a própria reestruturação do ensino superior público fomentou formas de contestação de sua própria estrutura com a atividade do movimento estudantil.

Com uma análise quantitativa das ações de protesto noticiadas no Acervo Online da Folha de São Paulo, juntamente com breves considerações qualitativas sobre o Levantamento proposto, buscou-se apresentar aspectos das lutas estudantis, travadas especialmente entre os anos de 2007 e

2014, que contribuam não só para uma aproximação sobre a sua caracterização, mas também com análises futuras.

Referências

- ANDIFES, Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior; FONAPRACE, Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis. **IV Pesquisa do Perfil Socioeconômico e cultural dos estudantes de graduação das instituições federais de Ensino Superior brasileiras**. Andifes, 2016. Disponível em: http://www.andifes.org.br/wp-content/uploads/2017/11/Pesquisa-de-Perfil-dos-Graduanso-das-IFES_2014.pdf. Acesso em: dezembro de 2019.
- BRASIL, Ministério da Educação. **Critérios do Sistema de Cotas nas Universidades Federais**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cotas/index.html>. Acesso em 19 de setembro de 2019.
- BARROS, Amon Narciso de. **Movimento Estudantil Organizado: contribuições para aproximações entre estudos organizacionais e movimentos sociais**. XXXIII Encontro da ANPAD: São Paulo, setembro de 2009.
- BRINGEL, Breno. *O futuro anterior: continuidades e rupturas nos movimentos estudantis o Brasil*. Revista Científica Eccos. São Paulo: v. 11, n. 1, p. 97-121, jan./jun. 2009.
- CATINI, Carolina de Roig; MELLO, Gustavo Moura de Cavalcanti. *Escolas de luta, educação política*. Educação e Sociedade. Campinas: v. 37, n. ° 137, out.-dez., 2016.
- CORROCHANO, Maria Carla. *O trabalho e a sua ausência: narrativas juvenis na metrópole*. São Paulo: Annablume, 2012.
- FORACCHI, Marialice. *O estudante e a transformação da sociedade brasileira*. 2ª ed. São Paulo: Editora Nacional, 1977.
- _____. *A juventude na sociedade moderna*. 2ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2018.
- GEPECSO. *Nota Metodológica do Levantamento de Protestos Sociais no Brasil*. Universidade Federal de São Paulo. Guarulhos, 2018.
- GROPPO, Luís Antonio. *Autogestão, universidade e movimento estudantil*. São Paulo: Autores Associados, 2006.
- KOMATSU, Bruno; MENEZES FILHO, Naercio; TACHIBANA, Thiago Yudi. Ensino Superior no Brasil. *Policy Paper: Centro de Políticas Públicas*. Insper, nº 14, dez. 2015.
- MATTOS, Marcelo Badaró. Uma greve, várias lições: a greve das universidades federais no Brasil em 2012. *Revista Universia*. número 10, vol. IV, 2013.
- MOREIRA, Adriano. *A negação da autonomia universitária na política educacional do governo federal (2003-2008) e do governo do estado de São Paulo (2007)*. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar da Faculdade de Ciências e Letras – Unesp. Araraquara, 2009.
- TELES, Gabriel. *A conformação neoliberal das políticas educacionais de ensino superior o governo Lula*. *Germinal: Marxismo e Educação em Debate*. Salvador: v. 11, n. 2, p. 122-138, abr. 2019.
- VALLE, Maria Ribeiro do. *1968: O diálogo é a violência - Movimento estudantil e ditadura militar no Brasil*. 2ª ed. Campinas: Editora Unicamp, 2016.

VILALTA, Gisele Maria da Costa. *Os estudantes e as lutas sociais pela educação durante os governos petistas (2007-2014)*. Trabalho de Conclusão de Curso, Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Paulo. Guarulhos, 2019.

Resumo: O objetivo deste artigo é apresentar resultados de um levantamento quantitativo de protestos sociais estudantis no Brasil no período entre 2007 e 2014. Foi identificado que os universitários representaram o setor mais mobilizado por reivindicações relacionadas às políticas educacionais e condições na educação no período, tendo em vista especialmente um contexto de expansão do ensino superior público e transformações quanto ao acesso à universidade, que se desdobrou, entre outras questões, em uma reconfiguração do perfil do estudante universitário.

Palavras-chave: Movimento estudantil; Ensino superior; Universitários.

Abstract: The purpose of this article is to present results of a quantitative research of student social protests in Brazil between 2007 and 2014. It was identified that students from the higher education network, in this period, represented a sector more mobilized by claims related to educational policies and educational practices, especially in a context of expansion of public higher education and transformations on university access, which unfolded, among other issues, in a reconfiguration of the university student profile.

Key-words: Student movement; University education; Higher education students.

*Recebido em: 15/10/2019

*Aceito em: 11/12/2019